

RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.123 - BA (2013/0390555-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO ALVORADA S.A.
ADVOGADOS : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP012363
AIDA SILVA ROLLEMBERG E OUTRO(S) - BA000818A
GUILHERME PIMENTA DA VEIGA NEVES - DF014230
RECORRIDO : GIRAU CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO : BRUNO TOMMASI COSTA CARIBÉ E OUTRO(S) - BA018464

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por BANCO ALVORADA S.A. contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

"Agravo de Instrumento. Ação Ordinária. Impugnação ao Valor da Causa.

Cumulação de Pedidos. Agravo de Instrumento improvido.

- Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão que julgou improcedente a Impugnação ao Valor da Causa proposta pelo Agravante, mantendo-se o valor inicialmente arbitrado pela Autora/Agravada.

- De mais a mais, não se verifica qualquer discrepância entre o valor arbitrado e o valor econômico da demanda, de modo que, segundo o art. 259 do CPC, havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma de todos eles.

- Nesse sentido: "Valor da Causa. Cumulação de Pedidos. Soma. Havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponde à soma de todos eles (art. 259, II, do CPC) - Agravo provido" (TJ-BA. AGR. 53.014-1/00, 2ª CCÍV, REL DES. AMADIZ BARRETO, J. 18.09.01, PROV./UN. - AC 8.246).

- Agravo de Instrumento improvido." (fl. 188)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 258, 259, II, do CPC/73, sustentando, em síntese, que o valor atribuído à causa é extremamente elevado ante as peculiaridades da pretensão, não encontra suporte na descrição do pedido constante da inicial e ignora que a lide carece de conteúdo econômico imediato, motivo pelo qual deve ser reduzido para 20 (vinte) salários mínimos.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de origem, com base na descrição dos pedidos constante da inicial, entendeu que o valor atribuído à causa é adequado ao conteúdo econômico da pretensão. Colhe-se do aresto estadual:

Nota-se que assim foi requerido pela Autora/Agravada, nos autos da Ação Ordinária no 140.02.941813-8 (fls. 40-41):

"I - Que V. Exa. Conheça do pedido, diretamente para DECRETAR a NULIDADE DA CESSÃO DE CRÉDITO OBJETO DESTA DEMANDA, estratificada no documento de nº 04;

II - Que V. Exa., não acolhendo o pedido anterior, determine a ANULAÇÃO do aludido e multimencionado negócio jurídico, como sobejamente provado;

III - Que ainda assim não entendendo esse MM. Juízo, seja decretada a rescisão do pacto indigitado, firmado entre o BANEBA e a GIRAU, pelo descumprimento das obrigações assumidas pelo banco;

IV - Em qualquer das hipóteses acima, que seja o BANEBA, ou que o sucedeu, condenado a pagar à Autora as perdas, danos e lucros cessantes, oriundos do seu ato lesivo assim compreendidos:

a) o total das importâncias que foram "surrupiadadas" da conta corrente da Autora, no valor de R\$ 1.326.033,81 (...), conforme demonstrativo anexo (...);

b) o valor integral de todas as parcelas que o BANEBA deixou de descontar nas contas correntes do Município de Camaçari/Ba, cujo débito foi devidamente autorizado e garantido, no valor de R\$ 10.392.497,80 (...);

c) lucros cessantes em valor a ser apurado em artigos de liquidação, correspondente às perdas financeiras que a Autora suportou e os ganhos que poderia ter gerado por não haver disposto dos valores indicados nas alíneas a) e b) acima;

d) Pela violação do Inc. X, artigo 5º da Carta Magna, (...) a importância equivalente a 100% (cem por cento) do dano material, (...) a título de ressarcimento por DANOS MORAIS".

(Grifamos)

De fácil constatação, pois, que os pedidos constantes nos itens I, II, III, alternativos, foram cumulados com os pedidos constantes no item IV, especificamente aqueles formulados nas alíneas "a" e "b". Verifica-se, ainda, que a Agravada, ao atribuir o valor à causa, somente considerou os valores líquidos, deixando de incluir, pois, aqueles valores que dependeriam de posterior liquidação, como é o caso dos lucros cessantes e dos danos morais." (fls. 190/191)

De fato, a leitura da petição inicial permite concluir que a parte autora indicou como valor da causa a somatória dos pedidos de reparação de danos materiais (importâncias retiradas indevidamente de sua conta corrente e o valor integral de descontos não realizados na conta de terceiro devedor), deixando de incluir aí parte da pretensão cujo valor deverá ser objeto de liquidação posterior.

Não há, portanto, incorreção no valor atribuído à causa, tendo em vista que considerou corretamente a importância de pedidos cumulativos. Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. VALOR DA CAUSA. PROVEITO ECONÔMICO. IDENTIFICAÇÃO. POSSIBILIDADE. CUMULAÇÃO. SOMA DOS PEDIDOS.

(...)

5. Na hipótese em que há pedido de danos materiais cumulado com danos morais, o valor da causa deve corresponder à soma dos pedidos.

6. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1698665/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVADO.

1. As questões postas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, portanto, deve ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. O acórdão recorrido julgou no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que o valor da causa deve equivaler ao conteúdo econômico a ser obtido na demanda e em caso de cumulação de pedidos, deve corresponder à soma dos valores de todos eles. Incidência da Súmula 83 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 641.216/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 23/03/2018)"

O acórdão, nesse aspecto, não merece reforma.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator